

## DESENVOLVIMENTO

Queda da inflação, redução dos juros e melhora da imagem brasileira elevarão desempenho da economia, segundo Ministério da Fazenda

# Esperança de começar a crescer no final do ano

ANDREA CORDEIRO

DA EQUIPE DO CORREIO

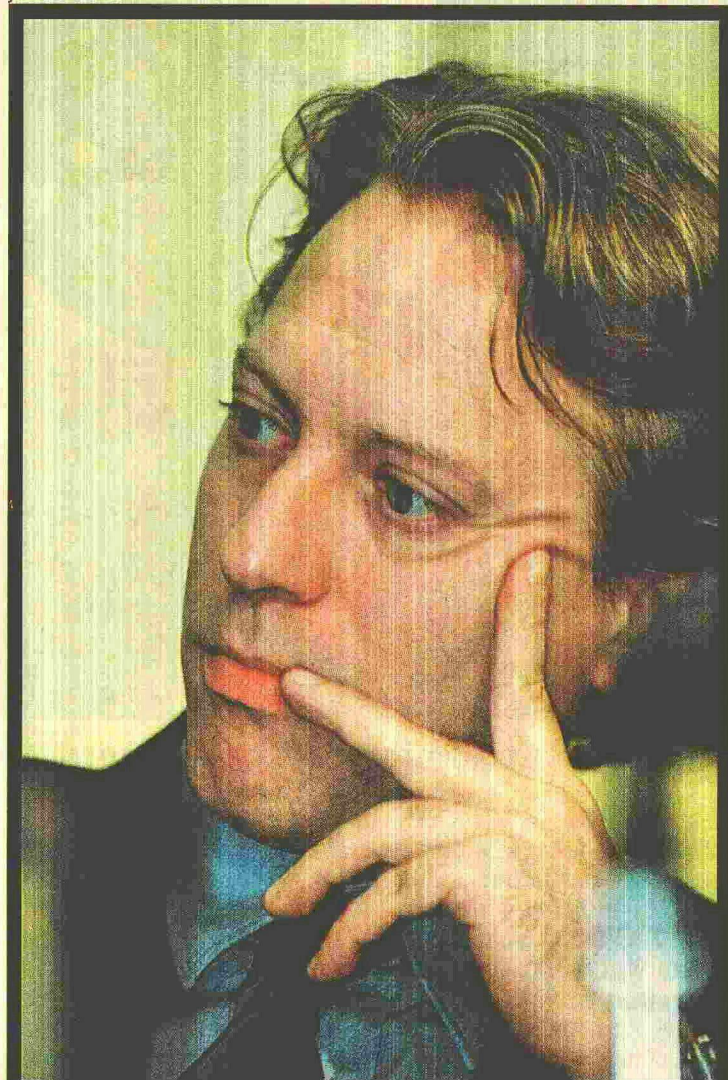
O governo federal aposta na recuperação da atividade econômica do país ainda no final deste ano. E como resultado do fraco desempenho de 2003, com crescimento de 1,5%, o próximo ano deve apresentar crescimento superior aos 3,5% previstos inicialmente. Efeito da comparação entre dois anos que tem como base o ano anterior ruim. A expectativa consta do Boletim de Conjuntura Macroeconômica, divulgado ontem pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Em 38 páginas, o documento faz análise do bom desempenho da agricultura neste ano, com crescimento de 22%, e reconhece que a estagnação na indústria reflete a política monetária voltada para o combate à inflação.

A recuperação da atividade, explica o secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, vai ocorrer no fim do ano em função da melhoria das condições macroeconômicas — queda da inflação e do risco-país, por exemplo —, que hoje permitem a trajetória de queda sustentada na taxa de juros. “Recuperar atividade é recuperar consumo, nível de estoque, retraídos em 2002 por causa do choque externo”, explica ele, lembrando que a melhora nas variáveis permitiu a retomada das linhas de financiamento externo. “Tivemos dificuldade grande no passado de financiamento por parte das empresas que não estavam conseguindo rolar suas dívidas. Em seis meses, o acesso ao crédito externo foi recuperado pelo setor privado com taxas de juros menores.”

Essa recuperação, lembra ele, ainda corre o risco de atrasar porque depende ainda do cenário de incerteza na economia internacional. Já o crescimento econômico sustentado, que expande a capacidade de oferta da economia de gerar renda e emprego, não virá mesmo neste ano. Para que aconteça, o governo trabalha para atrair investimentos privados. Nesse trabalho, a mudança na legislação que dê garantias aos investidores, com regras claras, diferente do que acontece hoje com o setor elétrico. “Dada à restrição fiscal, o governo trabalha para construir novas formas de participação público-privada. Esses fatores são fundamentais para garantir em conjunto com a retomada do nível de atividade e com a queda sustentada dos juros, a retomada do investimento a longo prazo em níveis maiores que os que se têm observado”, completa.

As ações do governo, explica Lisboa, têm como objetivo reverter anos e anos em que o investi-

José Varella 7.2.03



“  
TIVEMOS GRANDE DIFICULDADE DE FINANCIAMENTO  
NO PASSADO POR PARTE DAS EMPRESAS  
QUE NÃO CONSEGUIAM ROLAR SUAS DÍVIDAS.  
EM SEIS MESES, O ACESSO AO CRÉDITO EXTERNO  
FOI RECUPERADO PELO SETOR  
PRIVADO COM JUROS MENORES  
”

Marcos Lisboa,  
Secretário de Política Econômica

mento em bens de capital e em infra-estrutura foram baixos. “O Brasil tem, tradicionalmente, nas últimas duas décadas, taxa de investimento abaixo de 20% do PIB. Com investimento sustentado de longo prazo, é possível mudar esse patamar para 24% a 25% do PIB como é observado nas economias emergentes com maior taxa de crescimento”, revela.

O investimento do governo seguirá uma nova agenda de desenvolvimento, com política industrial voltada para ações horizontais — que atendam a toda a indústria — e focalizadas, para permitir desenvolvimento tecnológico e aumentar a produtividade, por exemplo. “O Brasil tem histórico de diversas ações nessa área que não foram coordenadas. O que existe de gasto hoje não é resultado de uma visão estratégica”, critica Lisboa. O governo quer repetir nos demais setores, os ganhos de produtividade do setor

agrícola. “Em dez anos a produção de grãos dobrou enquanto que a área plantada cresceu 10%.”

## Inflação

No Boletim de Conjuntura Macroeconômica, o governo estima que a inflação no resto do ano seguirá os mesmo comportamento de desaceleração, com moderado crescimento da taxa de câmbio, e com altas sazonais. Prevendo o impacto do aumento na tarifa de telefone fixo neste mês e reajustes de energia que estão por vir, o Boletim estima inflação ao consumidor entre 0,7% e 1,2% em julho e agosto, com pico em julho. “Nesse contexto, o recuo consistente do IPCA indica sua convergência à meta de inflação de 5,5% para 2004”, diz o documento. Segundo Lisboa, a deflação em junho não ocorreu por força da política de juros altos, mas da mudança de preços relativos originados da valorização cambial.